



Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 700, 16º andar - parte, 17º andar e 18º andar - parte, CEP: 04542-000
CNPJ nº 04.332.281/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Apresentação
Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Contexto Econômico
As perspectivas macroeconômicas de 2022-23 para o Brasil permanecem desafiadoras. A inflação subiu para dois dígitos e disseminou-se consideravelmente. O crescimento desacelerou rapidamente para 0,8% em 2022, com o risco do resultado ser ainda menor que nossa estimativa. O fraco crescimento (impulsionado pelo aumento da taxa de juros e alto prêmio de risco político) e a incerteza política permanecem alta. As vulnerabilidades fiscais não foram endereçadas e permanecem no centro da agenda política doméstica. A dinâmica fiscal – déficit e dívida – melhorou em 2021, mas essas melhorias foram principalmente cíclicas, não estruturais, e, portanto, devem se deteriorar novamente em 2022. A inflação deve permanecer alta durante a maior parte de 2022 e convergir para perto da meta apenas em 2023, enquanto o crescimento do PIB deve cair para menos de 1% em 2022. As eleições gerais do quarto trimestre de 2022 serão provavelmente polarizadas, o que deve pesar no sentimento do mercado durante a maior parte do ano, e seus resultados moldarão as perspectivas políticas para 2023. Nosso cenário base no âmbito macro assume que não haverá progresso tangível nas já atrasadas reformas estruturais.

Baixo crescimento endêmico. Esperamos que o PIB real cresça 4,5% em 2021, mas diminua para modestos 0,8% em 2022, com o risco do resultado ser ainda menor que nossa estimativa. O fraco crescimento (impulsionado pelo aumento da taxa de juros e alto prêmio de risco político) e a incerteza política permanecem alta. As vulnerabilidades fiscais não foram endereçadas e permanecem no centro da agenda política doméstica. A dinâmica fiscal – déficit e dívida – melhorou em 2021, mas essas melhorias foram principalmente cíclicas, não estruturais, e, portanto, devem se deteriorar novamente em 2022. A inflação deve permanecer alta durante a maior parte de 2022 e convergir para perto da meta apenas em 2023, enquanto o crescimento do PIB deve cair para menos de 1% em 2022. As eleições gerais do quarto trimestre de 2022 serão provavelmente polarizadas, o que deve pesar no sentimento do mercado durante a maior parte do ano, e seus resultados moldarão as perspectivas políticas para 2023. Nosso cenário base no âmbito macro assume que não haverá progresso tangível nas já atrasadas reformas estruturais.

Al inflação deverá permanecer elevada com moderação gradual. A inflação acelerou significativamente em 2021 e agora está elevada e altamente disseminada. As expectativas de inflação de curto e médio prazo continuam subindo e já estão acima do centro da meta. A inflação medida pelo IPCA atingiu um pico de 10,7% em novembro de 2021, deve ficar acima de 9% ao longo de todo primeiro semestre de 2022, e irá moderar mais visivelmente apenas durante o segundo semestre de 2022 para 5,3%, o que ainda estaria acima do centro da meta. Por fim, espera-se que 2022 seja principalmente um ano de transição para resultados de inflação mais moderados (abaixo de 4%) em 2023.

Conta corrente bem ancorada. A dinâmica de curto prazo da conta corrente é favorável, dada a sólida demanda de exportação, sólidos termos de troca, uma taxa de câmbio muito competitiva e uma demanda doméstica fraca. Em geral, o principal risco para o balanço de pagamentos reside na conta de capital, onde o persistente risco fiscal e político pode prejudicar os fluxos de investimento de carteira e outros.

As condições monetárias devem permanecer restritivas. A deterioração da inflação e o aumento das expectativas inflacionárias levaram o Copom a aumentar a taxa SELIC em 875 pontos-base, de 2,00% em março de 2021, taxa mínima recorde e altamente estimulativa, para o nível restritivo de 10,75% em fevereiro de 2022. Dada a deterioração adicional das expectativas de inflação e os riscos decorrentes do frágil cenário fiscal, o Copom sinalizará a taxa básica de juros para um território ainda mais restritivo, embora desacelerando seu ritmo. Esperamos que a taxa Selic atinja 12,25% ao final do ciclo atual. Nesta conjuntura, esperamos novas elevações nas reuniões de março e maio (com a magnitude dos aumentos condicionada à evolução do balanço de riscos em torno da inflação) e possivelmente cortes modestos no final do ano, à medida que o foco da política monetária mude para as metas de inflação de 2023 e 2024.

Cenário fiscal frágil. A dinâmica do saldo fiscal primário e da dívida pública melhorou em 2021, refletindo, em grande parte, os impactos combinados da inflação alta, dos altos preços das commodities e da recuperação econômica após a forte contração relacionada à Covid. Desta forma, a melhoria de 2021 encobre a fraqueza do quadro fiscal, principalmente após a erosão de duas importantes âncoras fiscais: o Teto de Gastos e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esperamos que o quadro fiscal se deteriore novamente em 2022, impulsionado pelo crescimento abando do seu nível potencial, altas taxas de juros reais e nova deterioração do saldo fiscal primário. Conta corrente bem ancorada. A dinâmica de curto prazo da conta corrente é favorável, dada a sólida demanda de exportação, sólidos termos de troca, uma taxa de câmbio muito competitiva e uma demanda doméstica fraca. Em geral, o principal risco para o balanço de pagamentos reside na conta de capital, onde o persistente risco fiscal e político pode prejudicar os fluxos de investimento de carteira e outros.

Ativo	Nota	2021	2020
Disponibilidades		3.155	4.199
Instrumentos financeiros		16.955.212	19.165.405
Aplicações em operações compromissadas	8 (a)	2.853.519	2.152.244
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8 (b)	158.055	157.545
Aplicações em moedas estrangeiras	8 (c)	14	2.994.951
Títulos e valores mobiliários	8 (d)	7.795.054	4.306.608
Instrumentos financeiros derivativos	8 (e)	5.780.398	6.767.129
Operações de crédito	8 (f)	109.197	2.397
Outros instrumentos financeiros	8 (g)	258.380	2.784.531
Ativos fiscais correntes e diferidos		615.178	603.535
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	14 (b)	584.615	578.399
Impostos e contribuições a compensar		30.563	25.136
Outros ativos	11	950.596	454.581
Investimentos em participações em controladas	9	397.075	345.340
Imobilizado de uso	10	79.524	73.154
(-) Depreciações acumuladas	10	(66.756)	(59.776)
Total do ativo		18.933.984	20.586.438

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

O alto nível de dívida pública deixa o quadro fiscal e a economia em geral vulneráveis a choques internos e externos adversos. Endeçar a questão da frágil dinâmica da dívida pública continua sendo o principal desafio macro enfrentado pelos formuladores de política. Um profundo ajuste fiscal que elevaria a poupança do setor público também é necessário para facilitar um ajuste estrutural permanente da conta corrente (em vez de um ajuste cíclico impulsionado pela fraca demanda doméstica e altos preços das commodities) e para permitir que o Banco Central tenha mais folga na calibração da política monetária.

Em um nível mais amplo, o setor público – governos federal e locais – ainda enfrenta o desafio de aumentar sua taxa de investimento e taxa de poupança notavelmente baixas (idealmente através de corte de gastos correntes). Resta aos poderes executivo e legislativo o ônus de demonstrar progressos tangíveis e decisivos no sentido da consolidação fiscal e da estabilização da dinâmica da dívida pública.
As eleições adicionam outra camada de incerteza e risco em relação a determinação das políticas macroeconômicas. As eleições gerais estão programadas para o quarto trimestre de 2022: eleições presidenciais, do congresso e eleições locais para o legislativo e para governadores dos estados. Ruídos e atritos políticos e institucionais têm sido constantes desde 2018, prejudicando o progresso das principais reformas fiscais e mantendo em um nível elevado a incerteza política. O início da disputa política pre-eleitoral mais cedo do que o usual e a dinâmica eleitoral começam a iluminar as perspectivas políticas e de reformas e, em nosso cenário base, não antecipamos grandes progressos nas principais reformas. Após um desempenho positivo no início do ano, a perspectiva de baixo crescimento, espaço limitado para melhorias no carry (diferencial das taxas de juros), um risco fiscal persistentemente frágil, cenário eleitoral complexo e um cenário externo mais restritivo do ponto de vista monetário (postura de política monetária cada vez mais contracionista tratando-se tanto de economias emergentes, quanto de economias desenvolvidas) podem limitar melhorias adicionais no desempenho do Real. Por outro lado, o alto nível das taxas de juros locais, os altos prêmios de risco já incorporados aos ativos locais e os sólidos termos de troca devem fornecer suporte para a não deterioração da moeda.

Destques
• **Resultado do Exercício**
No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco registrou Lucro líquido (em milhares de reais) de R\$ 271.511 (2020 - R\$ 208.979), correspondente a R\$ 0,12 (2020 - R\$ 0,10) por ação e Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE) de 11,5% (2020 - 9,9%).

• **Mercado de Capitais**
O ano de 2021 apresentou volume recorde de transações de mercado de capitais, em especial durante o primeiro semestre, impulsionado pela reabertura da economia e a retomada das atividades em face do avanço da vacinação contra a covid-19, ampla liquidez no mercado externo, entre outros fatores. Como resultado, durante o primeiro semestre de 2021 o Banco teve a oportunidade de assessorar importantes clientes em transações relevantes, que superaram R\$ 70 bilhões em volume total incluindo ofertas de ações e títulos de dívida no mercado local e estrangeiro.

• **Limite de Basileia - Patrimônio de Referência**
O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Prudencial Goldman Sachs ("Conglomerado"), formado pelo Banco, líder do Conglomerado, e pela Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., de acordo com as diretrizes do BACEN. O índice de Basileia é monitorado diariamente e representa um importante indicador do montante de capital alocado em função do grau de risco da estrutura dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, foi de 21,77% (2020 - 18,46%), sendo superior, portanto, ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

Governança Corporativa - Comitê de Auditoria
Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.198, de 27 de maio de 2004 (conforme alterada), informamos que se encontra instalado o Comitê de Auditoria Unico do Conglomerado ("Comitê"), cuja constituição foi objeto de aprovação pelo BACEN em 08 de março de 2016.

Comete ao Comitê, dentre outras atribuições, zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Conglomerado, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria independente e da auditoria interna.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Gestão de Riscos
Acreditamos que gerenciar o risco de maneira eficaz é essencial para o sucesso do Grupo Goldman Sachs. Desta forma, contamos com processos de gestão de risco abrangentes através dos quais podemos monitorar, avaliar e administrar os riscos associados às nossas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, socioambiental, regulatório e reputacional. Desenvolvemos nossa estrutura de gestão de risco com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas. O Conglomerado é parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo Goldman Sachs e, conforme determinado pelas Resoluções do CMN nº 4.557/17 e nº 4.327/14, foram implementadas localmente as políticas e estrutura de Gerenciamento de riscos e de capital, bem como de risco socioambiental.

Responsabilidade Socioambiental
Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Goldman Sachs e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.327/14, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades. Também está empenhado em utilizar soluções de mercado para promover a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento das comunidades em que está inserido, assegurando o atendimento aos interesses de longo prazo de seus clientes e a preservação de valor a longo prazo para os seus acionistas. O Conglomerado atua para que suas instalações e negócios adotem soluções e práticas sustentáveis, uma vez que ambas relacionam-se com o meio ambiente e com as comunidades em que está inserido. Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.327/14, a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental pode ser encontrada na internet, no seguinte endereço: <https://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/environmental-social-disclosure.pdf>.

Ouidoria e Canal de Denúncias
• **Descontinuidade da Ouvidoria**

Em vista das recentes alterações regulatórias que entraram em vigor em 1 de dezembro de 2020, trazidas pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.860, de 23 de outubro de 2020, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de componente organizacional de Ouvidoria por instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e determina a obrigatoriedade de referido componente para instituições que "tenham clientes pessoas naturais, inclusive empresários individuais, ou pessoas jurídicas classificadas como microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006", e sendo certo que o Conglomerado não se enquadra na obrigatoriedade prevista acima, os acionistas do Banco aprovaram a recomendação da diretoria pelo encerramento do componente organizacional de Ouvidoria do Conglomerado conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2020. Foi determinado ainda a criação de um Canal de Atendimento ao Público ("Canal"), não estatutário, subordinado ao departamento de Compliance do Brasil. Trata-se de um canal público de comunicação com o Conglomerado que substituirá o Canal de Ouvidoria. O Canal está disponível ao público de segunda-feira à sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h por meio do toll-free 0800 727 5764 e/ou do e-mail canal@goldmanbrasil@gs.com.

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.859, de 23 de outubro de 2020, o Conglomerado designou o Departamento de Compliance do Brasil ("Compliance Brasil"), como o órgão responsável pelo canal de comunicação por meio do qual seus funcionários, colaboradores, clientes, usuários, parceiros ou fornecedores podem informar, sem a necessidade de se identificar, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades.

Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/disclosure/canal-de-denuncia.html>.

Endereço Eletrônico
Em conformidade com a Resolução BCB nº 54/20 do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site: <https://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/risk.html>.

Canal de Comunicação com o Público Goldman Sachs Brasil: 0800 727 5764 e/ou contactgoldmanbrasil@gs.com. Horário de funcionamento: segunda-feira à sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h.
São Paulo, 10 de março de 2022

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - Em R\$ mil

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Passivo e patrimônio líquido				Passivo e patrimônio líquido			
Depósitos e demais instrumentos financeiros				Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Depósitos de clientes e instituições financeiras	12 (a)	5.956.849	6.556.377	Depósitos de clientes e instituições financeiras	12 (a)	5.956.849	6.556.377
Obrigações por empréstimos	12 (b)	1.805.716	—	Obrigações por empréstimos	12 (b)	1.805.716	—
Obrigações por operações compromissadas	12 (c)	235.810	615.244	Obrigações por operações compromissadas	12 (c)	235.810	615.244
Certificados de operações estruturadas	12 (d)	195.148	213.816	Certificados de operações estruturadas	12 (d)	195.148	213.816
Instrumentos financeiros derivativos	8 (e)	6.129.498	7.283.727	Instrumentos financeiros derivativos	8 (e)	6.129.498	7.283.727
Outros instrumentos financeiros	8 (g)	259.112	2.795.914	Outros instrumentos financeiros	8 (g)	259.112	2.795.914
Provisões	18 (a)	814	5.814	Provisões	18 (a)	814	5.814
Obrigações fiscais				Obrigações fiscais			
Imposto de renda e contribuição social - Corrente		45.377	27.307	Imposto de renda e contribuição social - Corrente		45.377	27.307
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	14 (b)	750.429	652.662	Imposto de renda e contribuição social - Diferido	14 (b)	750.429	652.662
Outras obrigações fiscais	14 (c)	45.272	53.362	Outras obrigações fiscais	14 (c)	45.272	53.362
Outros passivos	13	1.146.931	263.400	Outros passivos	13	1.146.931	263.400
Patrimônio líquido				Patrimônio líquido			
Capital social	15 (a)	2.363.028	2.118.717	Capital social	15 (a)	2.363.028	2.118.717
Reservas de capital	15 (b)	2.179.096	1.528.096	Reservas de capital	15 (b)	2.179.096	1.528.096
Reservas de lucros	15 (c)	33.213	33.213	Reservas de lucros	15 (c)	33.213	33.213
Outros resultados abrangentes		(21.054)	(8.854)	Outros resultados abrangentes		(21.054)	(8.854)
Total do passivo e patrimônio líquido		18.933.984	20.586.438	Total do passivo e patrimônio líquido		18.933.984	20.586.438

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - Em R\$ mil

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.468.596	—	33.213	35.364	391.919	(6.630)	—	1.920.462
Aumento de capital - Em fase de homologação	—	59.500	—	—	—	—	—	59.500
Reconhecimento do plano baseado em ações	—	—	—	—	—	—	—	622
Remensuração de plano de benefícios definidos	—	—	—	—	—	(846)	—	(846)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	208.979	208.979
Destinação do lucro líquido	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	—	—	10.449	—	—	(10.449)	—
Reserva estatutária	—	—	—	—	128.530	—	(128.530)	—
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	—	—	—	(70.000)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.468.596	59.500	33.213	45.813	520.449	(8.854)	(70.000)	2.118.717
Aumento de capital - Homologado	59.500	(59.500)	—	—	—	—	—	—
Aumento de capital - Em fase de homologação	—	651.000	—	(46.000)	(520.000)	—	—	85.000
Reconhecimento do plano baseado em ações	—	—	—	—	—	(12.200)	—	(12.200)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	271.511	271.511
Destinação do lucro líquido	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	—	—	13.576	—	—	(13.576)	—
Reserva estatutária	—	—	—	—	157.935	—	(157.935)	—
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	—	—	—	(100.000)	(100.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.528.096	651.000	33.213	13.389	158.384	(21.054)	—	2.363.028
Saldos em 30 de junho de 2021	1.528.096	—	33.213	50.970	520.449	(16.332)	97.982	2.214.378
Aumento de capital - Em fase de homologação	—	651.000	—	(46.000)	(520.000)	—	—	85.000
Reconhecimento do plano baseado em ações	—	—	—	—	—	(4.722)	—	(4.722)
Lucro líquido do semestre	—	—	—	—	—	—	168.372	168.372
Destinação do lucro líquido	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	—	—	8.419	—	—	(8.419)	—
Reserva estatutária	—	—	—	—	157.935	—	(157.935)	—
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	—	—	—	(100.000)	(100.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.528.096	651.000	33.213	13.389	158.384	(21.054)	—	2.363.028

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020
Em milhares de Reais

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") é uma instituição financeira privada, constituída sob a forma de Sociedade Anônima, autorizada a operar como banco múltiplo com as atividades de investimento e de crédito, financiamento e investimento, incluindo a gestão e administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimentos e a prática de operações de câmbio. O Banco, parte integrante do Grupo Goldman Sachs ("Grupo"), iniciou suas atividades operacionais no final de 2006 e vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando de forma integrada nos mercados financeiros nacional e internacional, sendo os benefícios dos serviços prestados e os custos comuns dessa estrutura apropriados a cada entidade correspondente.

Em 2008, o Banco passou a atuar como Participante de Liquidação Direta (PLD) da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), passando a liquidar e custodiar suas operações de derivativos listados.

Em maio de 2008, o Banco Central do Brasil ("BACEN") autorizou o Banco a constituir a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), sua subsidiária integral, a qual recebeu em dezembro de 2008 autorização do Conselho de Administração da B3 para operar como corretora no segmento de ações na categoria pleno. O Banco, como líder, e a Corretora, sua subsidiária integral, formam o Conglomerado Financeiro Goldman Sachs ("Conglomerado"). Em 10 de março de 2022, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, conforme aplicável, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN e alterações posteriores:

1. CPC 00 (R1) - Estrutura conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil -

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020 - Em milhares de Reais

contabilização: (i) Títulos para negociação; são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do período; (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM"; e (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período. Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

• Instrumentos financeiros derivativos
Em conformidade com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, os instrumentos financeiros derivativos, compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros, operações de swaps e outros, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado, com os ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado.

• Operações de crédito
As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos. São classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, quando aplicável, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

(d) Saldos de operações em moeda estrangeira
Demonstrados com base na PTAX de fechamento na data do encerramento do exercício. A taxa PTAX corresponde às médias aritméticas das taxas de compra e de venda realizadas diariamente.

(e) Investimentos em participações em controladas
O investimento em controlada, Corretora, está avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

(f) Imobilizado de uso e depreciações acumuladas
Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transferem os benefícios, riscos e controles desses bens.

Demonstrado o custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando-se as taxas que contemplam a vida útil econômica do bem.

(g) Redução ao valor recuperável de ativos
O CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizados. Nesse sentido, uma perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

(h) Outros ativos e passivos circulares e não circulares
Os ativos circulares são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos deduzindo-se, quando aplicável, as correspondentes rendas de realizações futuras e/ou as provisões para perdas.

Os passivos circulares são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos dos encargos e variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

(i) Ativos e obrigações fiscais correntes e diferidos
A Resolução CMN nº 4.842/20 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e a Resolução BCB nº 15/20 consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

A provisão para imposto de renda federal foi constituída utilizando a alíquota base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 120 mil no exercício. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro tributável.

Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente.

Considerando as perspectivas de realização dos ativos fiscais diferidos, em 31 de dezembro de 2021, o Banco manteve registrado: (i) ativo fiscal diferido de IRPJ com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) ativo fiscal diferido relativo à CSLL o qual foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. A Lei nº 14.183/21, resultante do Projeto de Lei de Conversão nº 12/21 (Medida Provisória nº 1.034/21), alterou a partir de 1º de julho de 2021 a alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie de 20% para 25%, até o dia 31 de dezembro de 2021, e para 20% a partir de janeiro de 2022.

A compensação dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com resultados positivos em exercícios futuros está limitada a 30% do referido lucro se maior que o total de ativo diferido constituído.

(j) Contingências
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para demandas judiciais e administrativas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC. As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e cível, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como, modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível de acordo com as incertezas inerentes ao seu prazo e valor.

As contingências passivas são reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

(k) Benefícios a empregados e pagamento baseado em ações
O reconhecimento, mensuração e divulgação dos benefícios a empregados são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/20.

Conforme a Resolução nº 4.877/20, que dispõe sobre os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, a Administração do Banco, através de estudo técnico, verificou que não há passivo atuarial a ser reconhecido nos termos do referido Pronunciamento Técnico para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os funcionários elegíveis do Banco participam do Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. através do recebimento de unidades de ações restritas ("RSUs"). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão, sendo a despesa auferida refletida no resultado ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*) em contrapartida ao patrimônio líquido, em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações (par 17 (b)) e, posteriormente reclassificado para rubrica do passivo, "Outros passivos - Valores a pagar a sociedades ligadas", em função do acordo de repagamento entre o Banco e o controlador, The Goldman Sachs Group, Inc.

(l) Resultado recorrente e não recorrente
A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período. Considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros (nota 18 (i)).

4 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado foi criada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17 e Resolução CMN nº 4.745/19. Tal medida está alinhada com as recomendações do Comitê de Basileia para fortalecer o sistema financeiro, incentivar melhores práticas de gestão e avaliações de risco, assegurar a manutenção de valores apropriados de capital e planejar futuras necessidades de capital.

A adequação de capital é de fundamental importância para o Conglomerado. O objetivo do Conglomerado é ser capitalizado de forma conservadora, com relação aos seus níveis de risco e em comparação com as exigências e padrões de referência externos. Assim sendo, o Conglomerado implementou uma política abrangente de Gerenciamento de Capital ("Política") que se destina a definir e manter um valor apropriado de capital.

Os níveis de capital do Conglomerado são determinados, principalmente, pelos requisitos regulatórios, podendo ser também influenciados por outros fatores, tais como, expectativas de novos negócios e condições de mercado.

Os fatores que influenciam na revisão da política de gerenciamento de capital incluem, dentre outros:

- Leis, regulamentos e orientações regulatórias pertinentes;
- As avaliações de risco do Conglomerado, incluindo os riscos de reputação e estratégicos;
- A avaliação da estrutura de capital ideal do Conglomerado;
- Ambientes de mercado e econômico;
- Os negócios conduzidos pelo Conglomerado; e
- Os instrumentos de capital.

(a) Estrutura de capital
Há três principais exigências de capital no Brasil que impactam o Conglomerado:

- **Exigências de capital - Basileia** - O BACEN supervisiona o sistema bancário brasileiro de acordo com as diretrizes do Comitê de Basileia e outras regulamentações aplicáveis, incluindo o Acordo de Capital da Basileia.
- **Exigências de capital - Limite de exposição por cliente** - O CMN e o BACEN limitam a exposição total às contrapartes em 25% do Capital Regulatório de Nível 1 do Conglomerado.
- **Limite de exposição cambial** - De acordo com o artigo 1º da Resolução nº 3.488/07, o limite máximo de exposição cambial foi estabelecido em 30% do Patrimônio de Referência do Conglomerado Financeiro.

A meta do Conglomerado é manter um nível de capital próprio que exceda os limites mínimos regulatórios nos termos da regulamentação em vigor, bem como um *buffer* que reflita o ambiente do mercado, nosso perfil de risco e outros fatores regulatórios.

(b) Plano de contingência de capital (CCP)
No caso de um possível déficit em relação à meta de capital, o Conglomerado manterá um Plano de Contingência de Capital ("CCP") que o possibilitará responder rapidamente a um possível déficit no capital em relação à meta de capital. O CCP fornece uma estrutura para analisar e responder a uma deficiência efetiva ou observada, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencapem uma deficiência de capital, bem como de fatores de redução e possíveis ações. O CCP delineia procedimentos de comunicação apropriados a serem seguidos durante um período de crise, incluindo divulgação interna de informações, bem como garantia de comunicação pontual com interessados externos.

Em conformidade com a Resolução BCB nº 54/20 do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

5 GERENCIAMENTO DE RISCO - VISÃO GERAL

O Conglomerado acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através do qual monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões socioambientais. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

• Governança: A estrutura de governança do Conglomerado detém o conhecimento e a responsabilidade necessários para a tomada de decisão em questões de gestão de risco, bem como para garantir a implantação de tais decisões. A governança tem início com a Diretoria do Conglomerado, que tem um papel significativo na revisão e aprovação das políticas e práticas de gestão de risco, seja diretamente ou através de seus comitês.

• Processos: São mantidos pelo Conglomerado diversos processos, procedimentos e controles efetivos que são essenciais à gestão de risco. O Conglomerado aplica uma estrutura rigorosa de controles de limites para controlar riscos em diversas transações, produtos, negócios e mercados. Isso inclui o estabelecimento de limites de risco de crédito e de mercado em diversos níveis, bem como o monitoramento diário destes limites.

• Pessoas: A gestão de risco eficiente requer que as equipes que se envolvam na apuração e avaliações destas questões possam interpretá-las adequadamente e possam realizar ajustes contínuos ao portfólio do Conglomerado.

O Comitê de Risco no Brasil (GSBRC) do Conglomerado tem a missão de monitorar e controlar os riscos em todas as áreas de negócios que o Conglomerado atua no Brasil ou em todas as operações afetadas pelo Brasil. As metodologias de gestão e controles de risco do Comitê são consistentes com as metodologias do Comitê de Risco do Grupo.

As obrigações e responsabilidades do Comitê são: risco de mercado, finanças, crédito, risco operacional e outros. Ao cumprir essas obrigações e responsabilidades, o Comitê deve considerar, entre outras coisas, o possível efeito de qualquer oportunidade de negócios, transações, produtos, aquisições, investimentos, atividades ou outros assuntos sobre a reputação do Conglomerado.

(a) Risco de crédito

Risco de crédito significa a possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência ou de deterioração da qualidade do crédito de terceiros.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, o Conglomerado possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado por seu Comitê de Risco. A exposição ao risco de crédito do Conglomerado está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é proveniente de recursos financeiros depositados em outros bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis.

A Gestão de Risco de Crédito tem como objetivo avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito ao qual o Conglomerado está exposto, e é independente em relação às unidades de negócios (geradoras de receita).

O Comitê de Risco do Conglomerado (GSBRC) revisa as políticas e parâmetros de crédito estabelecidos pelos Comitês Globais, adequando-os conforme necessário para a Goldman Sachs Brasil, garantindo a conformidade com as exigências regulatórias locais.

As políticas autorizadas pelos Comitês globais e local estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que o Conglomerado assumira uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.

(b) Risco de mercado
O risco de mercado é o risco de perda de valor de uma carteira devido às mudanças nos preços de mercado.

O Conglomerado mantém sua carteira com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira se baseiam no atendimento das solicitações de clientes e em oportunidades de investimento para o Conglomerado. A contabilização da carteira é realizada a valor de mercado e é, portanto, com flutuação diária.

As categorias de risco de mercado incluem:

- **Risco de taxa de juros:** resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível e inclinação das curvas de rendimentos de juros, às volatilidades das taxas de juros e aos *spreads* de crédito.
- **Risco de preço das ações:** decorrente das exposições às mudanças de preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações.
- **Risco de taxa de câmbio:** resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio.
- **Risco de preço de commodities:** decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias *commodities*.

A Gestão de Riscos de Mercado, que é independente em relação às unidades geradoras de receita, está diretamente subordinada ao diretor de riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado.

São empregadas diversas métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo.

As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR ("Value at Risk") e métricas de sensibilidade (análise de sensíveis e teste de estresse). Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são os testes de estresse ("stress-test").

• Value at Risk: O VaR é a perda potencial em valor das posições em uma carteira devido a mudanças adversas de variáveis de mercado, em um determinado período de tempo, com um grau de confiança, sendo normalmente empregado um horizonte de um dia com 95% de confiança. O modelo captura riscos e a diversificação do risco agregado do Conglomerado, o qual avalia a exatidão do modelo através de backtesting diário.

Fator de risco

	2021	2020
Índice de juros	5,69	7,12
Moedas	12,28	4,52
Ações	1,45	1,14
Commodities	0,06	0,05
Total	13,84	12,00
Efeito da diversificação	(5,58)	(0,78)
Percentual da diversificação (%)	29%	6%

• Análise de cenários e teste de estresse: Análise de cenários e testes de estresse mostram os possíveis efeitos nos resultados do Consolidado de vários eventos de mercado, incluindo, mas não limitado a: um grande aumento em *spreads* de crédito, uma queda substancial no mercado de ações e movimentos significativos em mercados emergentes.

O Conglomerado utiliza limites de risco em diversos níveis para gerenciar o seu "apetite" a risco através do controle de suas exposições ao risco de mercado. Tais limites são revisados frequentemente e, conforme necessário, alterados permanentemente ou temporariamente para refletir as mudanças nas condições de mercado, de negócios ou de tolerância ao risco.

Os limites também são monitorados diariamente pelo Departamento de Risco de Mercado. Violações de limite são reportadas para a estrutura de governança, conforme apropriado.

Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os principais riscos e seus determinantes, e são distribuídos para a alta administração do Conglomerado.

(c) Risco operacional

Risco operacional é o risco de perda causada por pessoas, sistemas ou resultante de processos internos inadequados ou de eventos externos.

De acordo com os requisitos especificados na Resolução CMN nº 4.557/17 e melhores práticas de mercado, o Conglomerado possui uma estrutura local de gestão do risco operacional em conformidade com as práticas globais do Grupo Goldman Sachs no que diz respeito à gestão e medição de exposição ao risco operacional.

Fontes principais de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa.

O Conglomerado mantém completa estrutura de controle, projetada para fornecer um ambiente seguro, de forma a minimizar riscos operacionais.

O Comitê Global de Risco Operacional, juntamente com comitês regionais, supervisionam o contínuo desenvolvimento e a implementação das estruturas e políticas de risco operacional do Conglomerado. O departamento de Gestão de Risco Operacional é independente das unidades geradoras de receita e é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e controles em uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional do Conglomerado.

(d) Risco de liquidez

A Gestão da Liquidez tem importância crítica em instituições financeiras. Dessa forma, o Conglomerado estabeleceu uma série de políticas de gestão de liquidez que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos de liquidez específicos do Goldman Sachs, mas também do mercado financeiro que podem afetar as operações do Conglomerado. O objetivo principal destas políticas e controles é prover recursos para o Conglomerado e permitir a manutenção dos negócios e geração de receita até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Conglomerado observa e atende aos termos e solicitações da Resolução CMN nº 4.557/17.

As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para grande parte da alta gerência no Brasil e no exterior, incluindo o diretor estatutário responsável pelo risco de liquidez da instituição.

6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Em 31 de dezembro de 2021, os montantes circulares e não circulares a serem recuperados ou liquidados em até 12 meses ou mais do que 12 meses, para cada ativo e passivo do balanço patrimonial, são compostos conforme segue:

	2021	Circulante	Não circulante
Disponibilidades	3.155	3.155	–
Instrumentos financeiros	16.955.212	10.750.866	6.204.346
Aplicações em operações compromissadas	2.853.519	2.853.519	–
Aplicações em depósitos interfinanceiros	158.650	4.426	154.224
Aplicações em moedas estrangeiras	14	14	–
Títulos e valores mobiliários	7.795.054	6.316.912	1.478.142
Instrumentos financeiros derivativos	5.780.398	1.208.418	4.571.980
Operações de crédito	109.197	109.197	–
Outros instrumentos financeiros	258.380	258.380	–
Ativos fiscais correntes e diferidos	615.178	–	615.178
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	584.615	–	584.615
Impostos e contribuições a compensar	30.563	–	30.563
Outros ativos	950.596	945.192	5.404
Investimentos em participações em controladas	397.075	–	397.075
Imobilizado de uso	79.524	–	79.524
(-) Depreciações acumuladas	(66.756)	–	(66.756)
Total do ativo	18.933.984	11.699.213	7.234.771
	2021	Circulante	Não circulante
Depósitos e demais instrumentos financeiros	14.582.133	3.481.720	11.100.413
Depósitos de clientes e instituições financeiras	9.566.849	97.290	9.569.559
Obrigações por empréstimos	1.805.716	1.805.716	–
Obrigações por operações compromissadas	235.810	235.810	–
Certificados de operações estruturadas	195.148	11.740	183.408
Instrumentos financeiros derivativos	6.129.498	1.072.052	5.057.446
Outros instrumentos financeiros	259.112	259.112	–
Provisões	814	–	814
Obrigações fiscais correntes e diferidas	841.078	90.649	750.429
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	45.377	45.377	–
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	750.429	–	750.429
Outras obrigações fiscais	45.272	45.272	–
Outros passivos	1.146.931	1.087.611	59.320
Patrimônio líquido	2.363.028	–	2.363.028
Capital social	2.179.096	–	2.179.096
Reservas de capital	33.213	–	33.213
Reservas de lucro	171.773	–	171.773
Outros resultados abrangentes	(21.054)	–	(21.054)
Total do passivo e patrimônio líquido	18.933.984	4.659.980	11.910.976
	2020	Circulante	Não circulante
Disponibilidades	4.199	4.199	–
Instrumentos financeiros	19.165.405	12.459.171	6.706.234
Aplicações em operações compromissadas	2.152.244	2.152.244	–
Aplicações em depósitos interfinanceiros	157.545	5.847	151.698
Aplicações em moedas estrangeiras	2.994.951	2.994.951	–
Títulos e valores mobiliários	4.306.608	3.619.434	687.174
Instrumentos financeiros derivativos	6.767.129	899.767	5.867.362
Operações de crédito	2.397	2.397	–
Outros instrumentos financeiros	2.784.531	2.784.531	–
Ativos fiscais correntes e diferidos	603.535	–	603.535
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	578.399	–	578.399
Impostos e contribuições a compensar	25.136	–	25.136
Outros ativos	454.581	451.737	2.844
Investimentos em participações em controladas	345.340	–	345.340
Imobilizado de uso	73.154	–	73.154
(-) Depreciações acumuladas	(59.776)	–	(59.776)
Total do ativo	20.586.438	12.915.107	7.671.331
	2020	Circulante	Não circulante
Depósitos e demais instrumentos financeiros	17.465.176	4.206.676	13.258.500
Depósitos de clientes e instituições financeiras	6.556.377	104.127	6.452.250
Obrigações por operações compromissadas	615.242	615.242	–
Certificados de operações estruturadas	213.916	22.250	191.666
Instrumentos financeiros derivativos	7.283.727	669.143	6.614.584
Outros instrumentos financeiros	2.795.914	2.795.914	–
Pro			

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020 - Em milhares de Reais

(e.4) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro, bem como o resultado dos contratos de swap, opções, termo de moeda e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

	2021		2020	
	Valor de custo	Ganhos/(perdas) não realizados	Valor de mercado	Valor de mercado
Ativo	4.853.449	926.949	5.780.398	6.767.129
Operações de swap	4.045.387	655.724	4.701.111	5.684.768
Operações de NDF (Non-Deliverable Forward)	290.061	79.998	369.459	609.499
Operações de opções	66.326	39.807	106.133	116.310
Outros derivativos	264.104	152.068	416.172	255.760
Termo de título público	187.571	(48)	187.523	100.792
Passivo	(5.955.661)	(173.837)	(6.129.498)	(7.283.272)
Operações de swap	(5.338.092)	40.368	(5.297.724)	(6.479.396)
Operações de NDF (Non-Deliverable Forward)	(108.188)	(98.322)	(206.510)	(422.678)
Operações de opções	(86.684)	(4.688)	(91.352)	(90.504)
Outros derivativos	(235.195)	(111.231)	(346.426)	(189.823)
Termo de título público	(187.522)	36	(187.486)	(101.238)

(e.5) Resultado com derivativos

	2021	2020
Swaps	407.669	(646.387)
Futuros	118.667	421.270
NDF (Non-Deliverable Forward)	(151.175)	756.147
Opções	(117.579)	78.055
Outros	430	(5.331)
Total	258.012	603.754

(f) Operações de crédito

(f.1) Direitos por empréstimos de ações

Em 31 de dezembro de 2021, as operações de crédito no montante de R\$ 109.197 (2020 - R\$ 2.397) são compostas em sua totalidade por operações realizadas sob as modalidades de empréstimos de valores mobiliários de que trata a Resolução CMN nº 3.539/08, com vencimento até 08 de fevereiro de 2022 (2020 com vencimento até 16 de abril de 2021).

(f.2) Rendas de empréstimos - Outros

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 266 (2020 - R\$ 55) refere-se a rendas de direitos por empréstimos de ações.

(g) Outros instrumentos financeiros - Carteira de câmbio

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos são compostos por:

	2021	2020
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	167.229	401.752
Ajustamento em moedas estrangeiras recebidas	-	(2.110)
Direitos sobre vendas de câmbio	91.151	2.384.889
Total	258.380	2.784.531
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	90.928	2.395.539
Obrigações por compra de câmbio	168.184	400.375
Total	259.112	2.795.914

9 INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Banco possui participação de 100% em sociedade controlada, a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., conforme abaixo:

	2021	2020
Participação no capital integralizado	100%	100%
Quantidade de ações detidas	339.000.000	176.000.000
Capital social da controlada	339.000	176.000
Patrimônio líquido da controlada	397.075	345.340
Resultado de participação em controlada no exercício	53.254	54.023
Resultados com equivalência patrimonial	58.075	169.340
Valor contábil do investimento	397.075	345.340

10 IMOBILIZADO DE USO E DEPRECIações ACUMULADAS

	2021		2020	
	Depreciação Custo	Valor acumulado líquido	Depreciação Custo	Valor acumulado líquido
Instalações, móveis e equipamentos de uso	49.579 (44.699)	4.880 48.594	(39.435)	9.159
Imobilizações em curso	448	- 448 258	-	258
Comunicação	17.109 (14.719)	2.390 14.968	(14.300)	669
Equipamentos de processamento de dados	12.388 (7.338)	5.050 9.334	(6.041)	3.293
Total	79.524 (66.756)	12.768 73.154	(59.776)	13.378

11 OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos são compostos por:

	2021	2020
Negociação e intermediação de valores ⁽¹⁾	729.178	322.903
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 16 (a))	183.040	107.007
Rendas a receber ⁽²⁾	22.084	10.327
Despesas antecipadas	1.123	971
Diversos ⁽³⁾	15.171	13.373
Total	950.596	454.581

⁽¹⁾ Negociação e intermediação de valores refere-se a depósitos em moeda estrangeira para garantia na Bolsa de Mercadorias de Câmbio ("BMC") no montante de R\$ 83.708 (2020 - R\$ 285.818), devedores - conta liquidações pendentes no montante de R\$ 625.153 (2020 - R\$ 24.138), operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar no montante de R\$ 10.694 (2020 - R\$ 12.947), e a outros créditos por negociação e intermediação de valores no montante de R\$ 9.624 (2020 - zero). Do montante total relativo à negociação e intermediação de valores, R\$ 635.847 (2020 - R\$ 158) correspondem à transação com partes relacionadas (nota 16 (a)).

⁽²⁾ Rendas a receber refere-se, principalmente, a serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestados a terceiros.

⁽³⁾ Diversos refere-se, principalmente, ao reembolso de despesa decorrente do custo incorrido no desenvolvimento tecnológico de uso interno no montante de R\$ 8.530 (2020 - R\$ 10.233) e a adiantamentos e antecipações salariais de férias e 13º salário no montante de R\$ 678 (2020 - R\$ 160).

12 DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Depósitos de clientes e instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos são compostos por:

	2021	2020
Depósitos interfinanceiros	402.338	276.283
De 1 a 90 dias	31.035	-
A vencer após 360 dias	371.303	276.283
Depósitos a prazo	5.554.511	6.280.094
De 1 a 90 dias	-	-
De 91 até 360 dias	233	104.127
A vencer após 360 dias	5.554.278	6.175.967
Total de depósitos	5.956.849	6.556.377

Depósitos interfinanceiros, representados por captações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros com instituições financeiras, foram contratados a taxas equivalentes a 100% do DI, sendo R\$ 371.303 (2020 - R\$ 276.283) correspondente a transação com partes relacionadas (nota 16 (a)). Depósitos a prazo, representados por captações em Certificados de Depósitos Bancários, foram contratados a taxas que variam entre 98% e 130% do DI, sendo o montante de R\$ 5.212.617 (2020 - R\$ 6.179.438) correspondente a transação com partes relacionadas (nota 16 (a)).

(b) Obrigações por empréstimos

Em 31 de dezembro de 2021, referem-se a empréstimos captados no exterior junto à The Goldman Sachs Group, Inc., Nova Iorque, com vencimento em até 3 meses, no montante de USD \$ 323.576, convertido pela taxa PTAX de fechamento equivalentes a R\$ 1.805.716 (2020 - zero).

(c) Obrigações por operações compromissadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 235.810 (2020 - R\$ 615.242), sendo:

- R\$ 153.852 (2020 - R\$ 559.829) correspondentes a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos da carteira própria, sendo o montante de R\$ 153.852 (2020 - R\$ 410.830) referente a transações com partes relacionadas (nota 16 (a)); e
- R\$ 81.958 (2020 - R\$ 55.413) correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, em razão da venda definitiva dos respectivos títulos, representadas por NTN-B (2020 - NTN-F).

(d) Certificados de operações estruturadas

Em 31 de dezembro de 2021, referem-se à captação por certificados de operações estruturadas (COE), com vencimento até março de 2027, no montante de R\$ 195.148 (2020 - R\$ 213.916).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a despesa com as captações com certificados de operações estruturadas monta R\$ 10.674 (2020 - R\$ 11.250).

13 OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o saldo está composto por:

	2021	2020
Negociação e intermediação de valores ⁽¹⁾	822.447	49.193
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 16 (a))	86.322	66.301
Provisão para despesas de pessoal ⁽²⁾	198.057	118.561
Provisão para outras despesas administrativas ⁽³⁾	34.413	25.188
Credores diversos - País	5.692	4.157
Total	1.146.931	263.400

⁽¹⁾ Negociação e intermediação de valores refere-se a caixas de registro e liquidação no montante de R\$ 2.375 (2020 - zero), comissões e corretagens a pagar no montante de R\$ 2.829 (2020 - R\$ 1.204), credores - conta liquidações pendentes no montante de R\$ 0 (2020 - R\$ 25.929), credores por empréstimos de ações no montante de R\$ 94.373 (2020 - R\$ 22.060), e a outras obrigações por negociação e intermediação de valores no montante de R\$ 9.684 (2020 - zero). Do montante total relativo à negociação e intermediação de valores, R\$ 546 (2020 - R\$ 26.142) correspondem à transação com partes relacionadas (nota 16 (a)).

⁽²⁾ Provisão para despesas de pessoal refere-se, principalmente, à provisão para gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 3.185 (2020 - R\$ 1.430) e à provisão para impostos sobre gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 1.089 (2020 - R\$ 482). Em 31 de dezembro de 2020 refere-se, ainda, à gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 126.307 e a encargos sobre gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 42.053.

⁽³⁾ Provisão para outras despesas administrativas refere-se, substancialmente, à provisão de encargos sociais sobre os saldos relativos ao pagamento baseado em ações no montante de R\$ 27.759 (2020 - R\$ 22.452).

14 IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CS) CORRENTES E DIFERIDOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS

(a) Impostos e contribuições correntes

Em 31 de dezembro, os saldos são representados como segue:

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	483.109	483.109	291.582	291.582
Participações estatutárias no lucro	(7.518)	(7.518)	(6.118)	(6.118)
Juros sobre o capital próprio	(100.000)	(100.000)	(70.000)	(70.000)
Resultado antes da tributação sobre o lucro ajustado	375.591	375.591	215.464	215.464
Imposto de renda (25%) e contribuição social (15%) até fevereiro de 2020 e 20% a partir de março de 2020	-	-	-	-
Diferenças temporárias fiscais	93.898	75.118	53.866	43.093
Diferenças temporárias permanentes	(31.534)	(33.299)	(9.599)	(11.602)
(Constituição)/compensação de base negativa de CSLL de períodos anteriores	-	-	-	(307)
Outros	2.651	1.485	(200)	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	65.150	43.412	33.724	22.910

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos calculados com base na natureza das diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	Origens		Tributos Diferidos	
	2020	2021	Realização/ Reversão	Constituição
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	15	-	-
Marcação a mercado negativa - TVM e derivativos	1.184.416	1.164.208	532.987	(532.987)
Unidades de ações restritas - RSU	66.917	76.718	30.113	(14.110)
Remuneração Variável	10.680	16.432	4.806	(4.806)
Outras Provisões Indefinidas	10.400	9.434	4.806	(4.806)
Outras Provisões Indefinidas - Patrimônio Líquido	12.918	32.337	5.813	(5.813)
Total de ativos fiscais diferidos	1.285.331	1.299.144	578.399	(562.396)
Marcação a mercado positiva - TVM e derivativos	(1.450.358)	(1.667.619)	(652.662)	652.662
Total de passivos fiscais diferidos	(1.450.358)	(1.667.619)	(652.662)	652.662

A Lei nº 14.183/21, resultante do Projeto de Lei de Conversão nº 12/21 (Medida Provisória nº 1.034/21), alterou a partir de 1º de julho de 2021 a alíquota da CSLL para os Bancos de qualquer espécie de 20% para 25%, até o dia 31 de dezembro de 2021, e para 20% a partir de 1º de janeiro de 2022. Uma vez atendidos os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20, quais sejam: (i) apresentem histórico de lucros ou de receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência e (ii) haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de IR e CS, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco detém ativo diferido fiscal sobre imposto de renda e contribuição social relativos a diferenças temporárias, nos montantes de R\$ 324.796 e R\$ 259.829, respectivamente. A previsão de realização dos ativos fiscais diferidos no montante de R\$ 584.615 é estimada em 8% no primeiro ano, 5% no segundo, 3% no terceiro, 1% no quarto e 0% no quinto ano. Os 83% restantes são realizáveis nos cinco anos seguintes. O valor presente dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base nas taxas médias de captação do Banco, monta a R\$ 137.412 e R\$ 109.929, respectivamente. O valor presente dos passivos fiscais diferidos é de R\$ 343.138 e R\$ 274.510, respectivamente. O valor de ativos fiscais diferidos não ativado sobre o prejuízo fiscal monta a R\$ 9.051 (2020 - R\$ 9.051). O valor de ativos fiscais diferidos não ativado, por não atender aos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.842/20 totaliza R\$ 114.248 (2020 - R\$ 133.688).

(c) Obrigações fiscais - Outras

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o saldo está composto por:

	2021	2020
Impostos e contribuições sobre salários	7.557	7.030
Outros - PIS, Cofins, ISS e CIDE	19.964	10.420
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros ⁽¹⁾	17.751	35.912
Total	45.272	53.362

⁽¹⁾ Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros referem-se, substancialmente, a imposto de renda retido na fonte sobre operações de swap no montante de R\$ 702 (2020 - R\$ 21.739). Em 31 de dezembro de 2021, refere-se ainda a imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 15.000 (2020 - R\$ 10.500).

15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado é representado, em 31 de dezembro de 2021, por 2.179.096.500 (2020 - 1.528.096.500) ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (um real) cada ação, em conformidade com a regulamentação aplicável. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 27 de dezembro de 2021, foi aprovado o aumento de capital proposto pela Administração no montante de R\$ 651.000 (2020 - R\$ 59.500), mediante a emissão de 651.000.000 (2020 - 59.500.000) novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (um real) cada, oriundo de (i) juros distribuídos a título de remuneração sobre o capital próprio, líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 65.000 (2020 - R\$ 59.500); (ii) dividendos declarados no montante de R\$ 520.000 (2020 - zero); e (iii) a utilização da Reserva Legal no montante de R\$ 46.000 (2020 - zero) (nota 15 (c)). Esse aumento de capital encontra-se em fase de homologação junto ao BACEN.

(b) Reservas de capital

A Resolução CMN nº 3.989, de 31 de dezembro de 2011, alterou a partir de 1º de janeiro de 2012, a prática contábil relativa ao registro de benefícios pagos em ações (nota 17 (b)). De acordo com o disposto na referida Resolução, as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem observar os critérios e condições estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 03 de dezembro de 2010, na mensuração, reconhecimento e divulgação das transações com pagamento baseado em ações. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da rubrica "Reservas de capital" totaliza R\$ 33.213 (2020 - R\$ 33.213), sendo composta por contribuição ao capital no montante de R\$ 28.242 (2020 - R\$ 28.242) relativa ao pagamento baseado em ações de exercícios anteriores a 2012 para o qual não havia acordo de repagamento, e reserva de capital de sua subsidiária integral reconhecida por meio de equivalência patrimonial reflexa no montante de R\$ 4.971 (2020 - R\$ 4.971).

(c) Reservas de lucros, dividendos e juros sobre o capital próprio

Nos termos do artigo 189, da Lei nº 6.404/76, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, nos termos do artigo 193 da referida Lei, do lucro líquido do período, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Conforme mencionado no parágrafo segundo do referido artigo, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Nos termos do artigo 25 do Estatuto Social do Banco, a Diretoria poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço ao fim de cada exercício e 30 de junho de cada ano. O pagamento de juros sobre o capital próprio ("JCP") é efetuado dentro do limite de dedutibilidade e apurado sobre o lucro do exercício. Com base na Deliberação CVM nº 683/2010 o tratamento contábil dado aos JCP é análogo ao tratamento dado aos dividendos obrigatórios, ou seja, o valor determinado é lançado diretamente na conta de Lucros acumulados.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 27 de dezembro de 2021, foi aprovada (i) a distribuição de dividendos no montante de R\$ 520.000 (2020 - zero); (ii) a utilização da Reserva Legal para aumento de capital no montante de R\$ 46.000 (2020 - zero); e (iii) o pagamento de juros sobre o

continuação **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020 - Em milhares de Reais**

(I) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período. Considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco apresenta a totalidade de seu resultado segregado como recorrente, no montante de R\$ 271.511 (2020 - R\$ 211.729). Em 31 de dezembro de

2020 o resultado não recorrente totalizou o montante negativo de R\$ 2.750, líquidos dos efeitos fiscais (tributos diferidos). O resultado não recorrente em 2020 refere-se ao montante provisionado que poderia vir a ser pago referente ao Termo de Compromisso, conforme descrito na nota 18 (a).

19 LIMITES OPERACIONAIS

Índice de Basileia e de imobilização

O Banco adota a apuração dos limites operacionais de forma consolidada, tomando-se como base os

dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, em conformidade com as diretrizes do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de Basileia apurado de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, com base no Conglomerado Prudencial é de 21.77% (2020 - 18,46%), sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 2.363.028 (2020 - R\$ 2.118.717).

O índice de imobilização do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2021 é de 0,65% (2020 - 0,63%).

DIRETORIA

André dos Santos Mendonça
Gersoní Analla Fernandes Montes Munhoz
José Rodolfo Leite Soares

Juliano Meira Campos Arruda
Kathia Aparecida Autuori
Paula Penna Moreira
Ricardo Donisete Stabile

Ricardo Genis Mourão
Ricardo Henrique Tardelli Bellissi
Sílvia Regina C. Valente

CONTADORA

Tatiana L. M. Navarro Baldvieso
CRC 1SP240271/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Conforme divulgado nas notas 3 (c) e 8 (e), o Banco atua de forma significativa no mercado de derivativos, tais operações são mensuradas ao valor justo, para as quais os preços, indexadores e parâmetros observáveis no mercado são consideradas no modelo interno de precificação de valor justo

Consideramos essa uma área que permanece como foco de auditoria devido ao uso de modelos internos para a mensuração ao valor justo que poderiam produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas pela administração.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles relevantes identificados no processo de mensuração ao valor justo dos instrumentos derivativos. Nossos procedimentos também consideraram a reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica dos sistemas, verificação de dados das operações com a posição de custódia e, em base amostral, a verificação dos contratos para obter o conforto sobre a acuracidade dos dados das operações considerados no cálculo do valor justo.

Com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros derivativos, analisamos as principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros.

Reperformamos, em base amostral, a valorização de determinadas operações, bem como comparamos as premissas e metodologias utilizadas pela administração com as melhores práticas de mercado de valorização e analisamos a consistência das metodologias e premissas com as aplicadas em períodos anteriores. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração ao valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de março de 2022

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Único do Conglomerado ("Comitê") tem por finalidade auxiliar as diretorias do Banco e da Corretora no que diz respeito à avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna do Conglomerado, bem como à revisão das demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer da auditoria independente do Conglomerado, dentre outras atribuições. O Comitê foi constituído em Assembleia Geral Extraordinária do Banco realizada em 29 de janeiro de 2016, homologado pelo BACEN em 09 de março de 2016, e instalado em 31 de março de 2016 mediante reunião extraordinária de seus membros. Atualmente, o Comitê é composto por cinco membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê no âmbito de suas atribuições para o exercício

findo em 31 de dezembro de 2021, destacam-se: (a) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna do Conglomerado; (b) a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e da Corretora. Para assegurar a efetividade do ambiente de controles internos e dos trabalhos das auditorias independente e interna, o Comitê abordou diversas atividades de controle exercidas sob a égide de um conjunto de políticas e procedimentos que objetivam a aderência a dispositivos legais e regulamentares, com ênfase nos processos de avaliação de risco e detecção de eventuais deficiências existentes. No contexto da avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna, nenhuma deficiência relevante foi identificada. O Comitê também realizou reuniões com as auditorias

independente e interna onde foram avaliados os respectivos planos de auditoria, inclusive no tocante à independência e à qualidade dos trabalhos, tendo concluído que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna foram adequados e compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê considera que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 do Conglomerado foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, e em cumprimento das normas editadas pelo BACEN.

São Paulo, 10 de março de 2022

Canal de Comunicação com o Público Goldman Sachs Brasil: 0800 727 5764 e/ou contatogoldmanbrasil@gs.com. Horário de funcionamento: segunda-feira à sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h.

